

Escolas terão mais autonomia

ROBERTO RODRIGUES/GDF

Marcella Oliveira

Diretores escolhidos pela comunidade e orçamento próprio. Essa é a proposta da Secretaria de Educação para as 620 escolas da rede pública. O governo do Distrito Federal encaminhará hoje para a Câmara Legislativa o projeto de lei da gestão compartilhada. O novo modelo dará mais autonomia para as escolas. A expectativa é que a descentralização dos recursos ocorra no próximo ano letivo. A medida visa melhorar o desempenho no DF nas avaliações de ensino.

O projeto de lei foi assinado ontem pelo governador José Roberto Arruda, durante evento no Centro de Convenções Ulysses Guimarães que premiou os diretores das 24 escolas que mais se destacaram no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) com a Ordem do Mérito Buriti. Arruda estava acompanhado do ministro da Educação, Fernando Haddad, e do secretário de Educação do DF, José Luiz Valente.

– Esse reconhecimento não deve ser encarado como um prêmio, mas como um fator que aumenta a responsabilidade. Não queremos apenas 24 escolas comemorando, mas as 620 – disse o ministro.

A média de desempenho das escolas do DF no IDEB foi de 4,4, acima da média nacional que foi de 3,8. Para o secretário de Educação, esse índice não é desesperador, mas entende que pode melhorar muito. A meta do ministro Haddad é de média seis em todas as escolas até 2022 e Valente quer alcançar esse

número antes.

– Nosso prazo termina em 2010, no mínimo a gente precisa estar em primeiro lugar no ranking. Brasília precisa dar exemplo para todo o País – afirmou o secretário.

Também até o fim do mandato de Arruda, a meta da Secretaria de Educação é reduzir em 5% a taxa anual de reprovação e da distorção idade/série e aumentar em 5% as taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio. Para este ano, o objetivo é estar entre os dez primeiros colocados na Prova Brasil, que será realizada em novembro.

A mudança com a gestão compartilhada começa na escolha da diretora da escola, onde haverá uma pré-seleção. Para se candidatar, o professor terá seu perfil avaliado, passará por concurso de títulos, deverá ter, no mínimo, cinco anos de experiência em sala de aula, além de precisar apresentar um plano de trabalho, comprometendo-se a cumpri-lo, para continuar na direção da escola.

Dentre as metas está a melhoria da posição da escola no IDEB. Esse fator também será importante para aumentar o orçamento da escola. Outra questão que determinará o orçamento de cada escola é o número de alunos. A Secretaria de Educação realizará um levantamento do gasto de cada unidade de ensino e somente a partir daí será possível fazer a distribuição.

– Essa gestão compartilhada muda a relação da escola com a comunidade, que participará da



Ao lado de Arruda, o ministro Fernando Haddad disse que a mudança exigirá mais responsabilidade

“Essa gestão compartilhada muda a relação da escola com a comunidade, que participará da seleção do diretor. Os dirigentes terão a liberdade de gastar de acordo com as necessidades mais urgentes”.

José Luiz Valente, secretário de Educação do DF

seleção do diretor. Os dirigentes terão a liberdade de gastar de acordo com as necessidades mais urgentes – explicou o secretário de Educação.

O dinheiro será repassado mensalmente para cada escola. Os recursos poderão ser utilizados em material didático ou de limpeza, além de pequenos repa-

ros e até mesmo pagamento de contas. O objetivo é diminuir a burocracia, que muitas vezes faz com que coisas simples demorem muito para serem resolvidas.

– Por exemplo, se hoje falta papel em uma escola, a diretoria precisa entrar em contato com a Regional de Ensino, que se não tiver entra em contato com a Secretaria. Dependendo do pedido, pode levar dias e até meses. Não há como cobrar qualidade de ensino se as escolas não têm condições – disse Valente.